

# **Vivenciando o ser mulher em uma mina de carvão**

*Experiencing being a woman in a coal mine*

Bruna Mendes de Vasconcellos  
Fernanda Santos Araujo

## **Eixo temático: Formação na engenharia, educação e diversidade**

### **RESUMO**

Neste artigo apresentamos e discutimos a vivência de uma mulher engenheira e pesquisadora em uma mina de carvão em luta pela autogestão em Criciúma. Buscamos, a partir desse relato, apontar a permanência de desigualdades de gênero nesse contexto, identificando diversas formas de manifestação da opressão contra a mulher, mas também dar visibilidade às atitudes provocadoras e opositivas lançadas pelas mulheres que se configuram como estratégias de resistência na busca por transformações sociais. Inspiradas pelas vertentes epistemológicas dos feminismos, nos esforçamos em romper com padrões androcêntricos de produção do conhecimento tensionando os moldes mais tradicionais de sistematização acadêmica. Empenhamos-nos em borrar as fronteiras mais rígidas da cientificidade moderna, deixando emergir diversas formas de racionalidade e emoções compreendendo que toda e qualquer produção de saber é permeada, também, pelas faces cotidianas e pessoais de nossas vivências.

**Palavras-chave:** relato de vivência, mina de carvão, feminismo, consciência opositiva.

### **ABSTRACT**

*In this paper we present and discuss the experience of a woman engineer and researcher at a coal mine in the struggle for self-management in Criciúma. We seek to pointing the continuing of gender inequality in this context, identifying various manifestations of oppression against women, but also make visible the provocative and oppositional attitudes launched by women that constitute resistance strategies in the search for social transformations. Inspired by the feminist epistemologies, we strive to break with androcentric patterns of knowledge production tensing the most traditional way of academic systematization. We strive to transpose the most rigid boundaries of modern scientism, allowing emerge various forms of rationality and emotions understanding that any production of knowledge is permeated, also, by personal and subjective experiences.*

**Keywords:** *experience report, coal mine, feminism, oppositional consciousness.*

## INTRODUÇÃO

Tecemos nas páginas que seguem uma história, cujo fio condutor é a experiência de uma engenheira pesquisando as relações de trabalho em uma mina de carvão em luta pela autogestão, um território eminentemente masculino nos dias de hoje. Nós que contamos – criamos, inventamos – os contornos desse relato somos duas engenheiras: a F., que se debruçou sobre o trabalho de pesquisa nos subterrâneos das minas de Criciúma (SC), e a B., que se inquieta pesquisando as relações de poder entre os gêneros<sup>1</sup>.

Em comum compartilhamos uma história de militância e atuação profissional na engenharia. Fazemos parte da construção dos encontros de engenharia e desenvolvimento social e contribuímos na articulação de uma rede de engenharia popular<sup>2</sup>. Trabalhamos com ensino, pesquisa e extensão refletindo sobre o papel da engenharia na construção e desconstrução de desigualdades e elaborando ações para uma engenharia politicamente engajada e comprometida com a transformação social. Pensar as tecnologias e os processos de produção e trabalho como elementos constitutivos das relações sociais de poder é um eixo comum de pesquisas e ações que compartilhamos nos últimos dez anos.

Neste artigo fazemos um esforço de unir nossos olhares, constituídos a partir de diferentes vivências, para escrever sobre a experiência que guiou a F. pelas minas de carvão. A inevitável percepção de desigualdades de gênero que permearam o processo de pesquisa, e aquele do trabalho nas minas, serviram de motivação para nos lançarmos ao exercício de analisar as relações de gênero nesse processo específico e com isso dar passos no trabalho cotidiano de desconstrução dessas relações. Aqui damos visibilidade às atitudes provocadoras e opositivas lançadas por F. e outras mulheres nesse território que se constituem em diferentes estratégias de resistência protagonizadas por elas na busca por transformações sociais.

Escrever esse artigo também nos pareceu um esforço necessário na medida em que falamos a partir de lugares majoritariamente masculinos, a engenharia e a mineração, onde a ausência das mulheres é um importante elemento de análise. Apesar de já existirem notórias pesquisas sobre gênero e engenharia<sup>3</sup> e algumas

---

<sup>1</sup> Utilizamos as iniciais dos nomes das autoras para não revelar suas identidades aos avaliadores do artigo. Numa versão final para publicação podemos substituir as iniciais pelos nomes.

<sup>2</sup> [www.eneds.net](http://www.eneds.net) e [www.repos.net](http://www.repos.net)

<sup>3</sup> Podemos citar aqui os trabalhos de Maria Rosa Lombardi (2006), Carla Cabral (2006) e Marília G. de Carvalho (2007).

significativas análises sobre a vivência das mulheres na mineração<sup>4</sup>, muito papel e tinta ainda precisam ser gastos no sentido de dar visibilidade às relações de poder e gênero nesses espaços, de questionar o padrão preestabelecido que entende esses territórios como masculinos por natureza e, sobretudo, de destacar os caminhos de resistência em construção pelas mulheres.

Escolhemos tecer essa história e sua análise a partir do olhar e da experiência de uma mulher, não por casualidade, mas como ato político. As análises possuem sempre os contornos da experiência de vida e dos valores daquele com poder para contar a história, e muita história já foi contada pelos homens. Nesse sentido, é importante também dizer que somos mulheres brancas, que não somos trabalhadoras das minas ou moradoras das vilas operárias de Criciúma. Somos da cidade grande, do sudeste, de classe média e falamos desde a academia. Nossa voz é apenas nossa e nossa história é apenas uma, das muitas que certamente poderiam ser escritas pelas mulheres que de maneira cotidiana vivem a realidade da mineração.

## **CAMINHOS QUE SE CRUZAM**

### **B.: Tensionando a construção do saber androcêntrico**

Foi F. que inquietada pelo caráter hierarquizado de gênero presente na recente experiência de pesquisa que havia vivenciado me provocou a fazer uma reflexão crítica sobre as condições de gênero nas minas de carvão de Criciúma e que insistiu que deveríamos trabalhar na construção desse artigo. A partir da vontade conjunta, nascida de nossa experiência feminista, nos lançamos a esse desafio.

Fiz uma primeira entrevista com F. tentando resgatar os diferentes aspectos das relações de gênero que emergiram da experiência nas minas, abordando sua vivência particular como mulher ali, mas também suas impressões sobre a vivência de outras mulheres e dos homens mineiros sobre os papéis de gênero. A partir dessa entrevista, nos apoiamos na metodologia de caráter feminista sugerida por Marcela Cornejo, Francisca Mendonza e Rodrigo Rojas (2008), pela qual se propõe a interpretação conjunta do relato da experiência, incorporando nas análises a visão da entrevistadora e da entrevistada. Fizemos uma análise dialogada e escrevemos juntas as páginas desse artigo. O texto oscila entre momentos exclusivos de fala da F., que surgiram das entrevistas ou da própria escrita, momentos como este, de

---

<sup>4</sup> Carlos Carola (2002) e Marta Cioccarri (2009) são duas referências sobre o tema citadas ao longo do texto.

exclusiva fala minha, e momentos em que nossas percepções e bagagens se mesclam em linhas de texto coletivo. Para ajudar quem nos lê, apontar esses diferentes momentos ao longo texto.

Inspiradas pelas vertentes epistemológicas do feminismo e dos feminismos descoloniais, tentamos nos somar aos esforços que buscam romper com padrões androcêntricos de produção do conhecimento e criar pesquisas e escritas que tensionem os moldes mais tradicionais de sistematização acadêmica, nos empenhando em borrar algumas de suas fronteiras. A primeira delas é aquela que se alça entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Tentamos abolir, ou minimizar, as distâncias que separam e hierarquizam as relações entre pesquisadora-e-objeto de pesquisa, entendendo todas como sujeitas na construção do saber, e permitindo que nossa compreensão conjunta da experiência se traduzisse na escrita particular que aqui elaboramos.

Uma segunda fronteira remete a noção de objetividade que é também tensionada a partir das epistemologias feministas. O ponto de partida é a noção de objetividade forte de Sandra Harding (1998), que ao entender toda a produção do saber como parcial, situada nos termos de Donna Haraway (1995), argumenta pela produção de um saber que explicita seu caráter político, e se proponha a suspeitar e desconstruir os discursos hegemônicos reprodutores de relações de opressão. Nesse sentido, há uma declarada intencionalidade de transformação da realidade social a partir da construção do saber. Não há pretendida neutralidade nos parágrafos desse artigo, e sim, esforços metodológicos para desvelar facetas de moldes opressores das relações de gênero.

Partimos da experiência de vida de uma mulher, em um contexto específico e masculinizado, por entender que há privilégio epistemológico a partir da margem que F. ocupa pela condição de seu gênero. No entanto, analisamos sua experiência também a partir de sua condição mestiça, de fronteira, como coloca Glória Anzaldúa (2004), um lugar híbrido, onde diferentes tramas de poderes se mesclam e conformam uma complexa teia de relações inerentemente contraditórias. Em meio as diferentes dimensões dessa trama, nos esforçamos para deixar que racionalidades, emoções e noções subjetivas de nossa experiência emergjam ao longo do trabalho, compreendendo que toda e qualquer produção de saber é permeada, também, pelas faces cotidianas e pessoais de nossas vivências.

## **F.: A chegada na COOPERMINAS**

Desde 2006, quando cursava o último ano de engenharia de produção, me interessei pelo tema da autogestão no trabalho e, em especial, pelos casos de empresas recuperadas por trabalhadores (ERTs). As ERTs são empresas que passaram por um processo falimentar e foram recuperadas por seus trabalhadores, que na iminência de ficarem desempregados, se colocaram na luta pela manutenção dos seus postos de trabalho. Nessa luta eles se organizaram na perspectiva da autogestão e se somaram ao movimento da Economia Solidária.

Entre 2010 e 2012, como membro do Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPERT), participei de uma pesquisa nacional onde buscamos mapear a totalidade dos casos de ERTs no Brasil, identificando 67 experiências em curso<sup>5</sup>.

Em 2013 iniciei o doutorado em engenharia de produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF), junto com um colega também membro do GPERT e que também participou do mapeamento nacional das ERTs. Aproveitamos a oportunidade do doutorado para dar continuidade ao estudo iniciado em 2010. Nosso interesse era compreender melhor as mudanças operadas na gestão do trabalho a partir do processo de recuperação da empresa na perspectiva da autogestão. Para isso seria necessário eleger uma empresa para realizar um estudo mais aprofundado.

Juntos havíamos visitado a COOPERMINAS em 2011 e na ocasião surgiu um forte interesse em conhecer melhor essa experiência. Os trabalhadores da COOPERMINAS foram pioneiros na retomada da recuperação como estratégia de luta a partir dos anos 80 no Brasil. A empresa foi recuperada em 1987, a partir de um processo de grande mobilização popular para fazer frente à resistência patronal e estatal. É uma mineradora de carvão, que hoje conta com cerca de 600 trabalhadores, do total apenas cerca de 20 mulheres.

Para avançar na compreensão da gestão do trabalho na empresa adotamos uma metodologia que teve como princípio compreender-transformando o trabalho, se alinhando com abordagens metodológicas que unem a pesquisa e a ação<sup>6</sup>. Essa metodologia demandou dos pesquisadores uma forte imersão no campo estudado. Foram cinco visitas à Criciúma, cada uma com duração de uma semana, cada semana recheada de muitas entrevistas, conversas, reuniões e observações na

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre essa pesquisa ver Flavio HENRIQUES *et. al.* (2013).

<sup>6</sup> Para saber mais sobre a metodologia elaborada e posta em prática ver artigo Fernanda ARAUJO *et. al.* (2015).

empresa, mas também de muitos espaços de vivência e interação com os trabalhadores (da COOPERMINAS e outras mineradoras da região) e seus familiares fora do espaço de trabalho. Essa vivência é a base do relato que apresentaremos e debateremos a seguir.

### **A MINA: UM LUGAR PARA HOMENS?**

O carvão mineral foi uma das primeiras fontes de energia utilizadas em larga escala pelo homem, sendo um importante pilar da Primeira Revolução Industrial no final do século XVIII na Inglaterra. Apesar da expansão do petróleo e do gás natural, ao longo do último século, ter colocado essas fontes em posição de destaque na composição da matriz energética mundial, o carvão se mantém como uma matéria prima indispensável para geração de energia no mundo. No Brasil, as principais reservas estão situadas na região sul do país, e o estado de Santa Catarina é o maior produtor nacional.

O minério foi descoberto nessa região no início do século XIX, mas só começou a ser explorado em escala industrial quase cem anos depois, no início do século XX. A partir da década de 40, quando a Cia Siderúrgica Nacional (CSN) foi instalada no Rio de Janeiro e passou a consumir grande quantidade de carvão metalúrgico, a indústria nacional do carvão ganhou grande impulso. Nessa época, muitas minas foram abertas no sul do país. Alguns municípios de Santa Catarina passaram a compor o que foi e ainda é chamado de região carbonífera de Santa Catarina, onde se registraram entre 1950 e 1960 a presença de mais de 20 minas de carvão em operação (Terezinha VOLPATO, 1984). No final da década de 80, o setor sofreu com a desestruturação de um conjunto de políticas criadas no período anterior para impulsionar a produção, e observou-se o fechamento de importantes minas na região carbonífera. Entre elas, a Companhia Brasileira Carbonífera do Araguaia (CBCA), que deu origem a COOPERMINAS.

A mineração de carvão na COOPERMINAS, assim como em outras minas da região, é feita em galerias subterrâneas, utilizando-se de um processo de produção semi-mecanizado que envolve um contingente significativo de trabalhadores, quase sempre homens.

Perigo e medo são elementos permanentes no trabalho nas minas. A poeira de carvão suspensa no ar penetra no pulmão dos trabalhadores podendo gerar pneumoconioses. O teto, apesar de escorado, está sujeito a desabar a qualquer momento, em qualquer lugar do subsolo. As instalações elétricas de baixa e alta

tensão, em um ambiente úmido e, por vezes, alagado, podem levar a choques graves ou fatais. Pedras soltas no chão, no teto, nas caçambas dos tratores estão sujeitas a cair ou se projetar atingindo os operadores. Explosões de dinamite liberam gás metano retido nas rochas. Um “fogo falhado” pode provocar acidente. Máquinas volantes de pequenos, médio ou grande porte transitam por “ruas” estreitas, com pouca sinalização e visibilidade limitada, compartilhando o espaço com trabalhadores transeuntes, frequentemente gerando atropelamentos. O ambiente escuro, barulhento, úmido e quente provoca desconforto, dificuldade de comunicação, dificuldade de concentração, mal estar e risco de acidentes. O excesso de esforço físico no carregamento de materiais e ferramentas e na operação das máquinas leva ao desenvolvimento de problemas osteomusculares.

George Orwell, que visitou as minas de carvão da Inglaterra no século 30 dizia:

[...] a mina é como o inferno, ou pelo menos como a imagem mental que faço do inferno. A maioria das coisas que a gente imagina que existam no inferno está ali - calor, barulho, confusão, escuridão, ar fétido e, acima de tudo, um aperto insuportável. (ORWELL, 2010, p. 42)

As tecnologias de extração de carvão evoluíram nos últimos 200 anos. Mas as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores não parecem ter observado melhorias proporcionais ao aumento da produtividade. Esse cenário sombrio foi berço da classe operária mundial e ainda é palco de grandes disputas por um modelo de produção e distribuição de riquezas mais justo e mais humano.

As disputas atuais e históricas travadas nesse ambiente são registradas como história dos homens. Apesar de desde o início as minas de carvão na Inglaterra e França terem sido amplamente habitadas por mulheres e crianças, é sempre na figura do homem que se representa o trabalhador e a classe operária mineira. No entanto, as evidências históricas da mineração são capazes de deslocar entendimentos androcêntricos sobre a suposta fragilidade natural feminina.

Em estudo realizado sobre as minas de carvão em Santa Catarina, Renato Carola (2002) resgata “*dos subterrâneos da história*” como se deu a participação das mulheres como parte significativa da mão de obra nas minas do Estado, especialmente entre os anos 1940-1960, uma época de expansão da indústria de mineração na região e de intensa busca dos mineradores por mão de obra barata.

Resgatar a história dessas mulheres foi por si só uma tarefa difícil, já que na memória das pessoas da região, parecia não haver registro de mulheres trabalhando nas minas. Foi necessário começar a perguntar pelas “escolhedeiras” para que as pessoas associassem as mulheres com as minas. Isso porque nas minas da região

a principal função ocupada pelas mulheres era no trabalho de escolha e seleção do carvão que vinha do subsolo, portanto o nome de “escolhedeiras” ou “catadoras”. O trabalho da escolha era visto como um trabalho tipicamente feminino, e muitas delas foram incorporadas a essa função ainda crianças, entre 10 e 14 anos, ou mesmo antes.

A representação de gênero mais difundida, na qual os homens são vistos como provedores e as mulheres como donas de casa, nunca chegou a ser uma realidade para as famílias das classes trabalhadoras. No cenário catarinense da primeira metade do século XX não era diferente. A pobreza que assolava as famílias recém imigradas para os grandes centros urbanos demandava que toda a mão de obra disponível nas casas se mobilizasse para garantir os recursos mínimos a sua subsistência. Nesse sentido, homens, mulheres e crianças eram todos responsáveis por auferir renda familiar e assegurar sua sobrevivência.

Os tipos de trabalho “disponíveis” e os salários oferecidos para diferentes gerações e gêneros não eram, no entanto, os mesmos. Nesse sentido, o trabalho das “escolhedeiras” era considerado como um trabalho “leve” para as empresas mineradoras, e a renda que ganhavam era vista como “complementar” no bojo das relações familiares, o que se tornava uma justificativa para seus salários inferiores.

O trabalho feito por essas mulheres, no entanto, estava longe de ser “leve”. Elas cumpriam jornadas de 8 a 9 horas em pé, instaladas sobre barracões abertos – quando havia –, trabalhando sob sol e chuva, fazendo a escolha do carvão, carregando em duplas as padiolas e lutando contra o tempo para garantir uma remuneração adequada diante de um sistema que pagava por produtividade. Para realizar a minuciosa tarefa de eliminação do folheto e da pirita do carvão bruto, as mulheres demonstravam destreza mobilizando uma habilidade manual e um olhar aguçado. Além disso, algumas vezes elas assumiam funções tidas como masculinas, como era o caso de descarregar os carros que chegavam do subsolo ou inspecionar a produção.

Apesar disso os discursos insistiam na “leveza” do trabalho executado pelas mulheres. Um médico sanitarista que trabalhou nas minas de Santa Catarina e é muito citado nas análises de Carola faz, por exemplo, o seguinte comentário sobre o trabalho feminino nas minas:

Exigindo o serviço de escolha pouco esforço físico (sendo maior o efetuado pelas “padioleiras”), parece mesmo ser tal serviço mais apropriado à mulher, pois, segundo Vernon, sendo a mulher menos afetada pela monotonia das operações industriais, para ela está mais indicado o trabalho leve, de



repetição. Na mulher, a resistência ao trabalho excede a aptidão para o esforço momentâneo: ela é mais capaz quando executa trabalho que exige esforço moderado e repetitivo, ao invés de único e intenso. (BOA NOVA *apud* CAROLA, 2002, p. 39)

A invocação de justificativas físicas, e mais recentemente bioquímicas e genéticas, para explicar os diferentes comportamentos atribuídos a homens e mulheres, e a manutenção da divisão sexual do trabalho, são ainda recorrentes e contribuem sobremaneira para ocultar com um véu as desigualdades socialmente moldadas entre os gêneros. Nesse sentido, a naturalização dos papéis não representa em si um problema, a grande questão é como ela é utilizada para justificar as desigualdades, neste caso, salariais. Boa Nova, ao argumentar que o serviço de escolha exige “pouco esforço físico” estava – nos termos de Maria Ignez Paulilo (1987) – definindo a demanda do trabalho segundo o gênero de quem o realiza e não de acordo com a demanda física de fato. Afinal, por que devemos considerar que o esforço moderado e repetitivo é menos desgastante do que o esforço único e intenso? Os estudos da fisiologia do trabalho não comprovam isso.

Dizer, portanto, que um trabalho é “leve” não quer dizer que ele seja agradável, desnecessário ou pouco exigente, via de regra ele é considerado leve porque é realizado por mulheres e crianças. Até os dias de hoje o trabalho feminino é invariavelmente mais barato, no campo ou na cidade, ou as profissões femininas tem remuneração inferior, ou elas recebem menos pelo mesmo tipo de trabalho, e isso está relacionado à desvalorização social dos trabalhos executados pelas mulheres.

Apesar desse contexto de desigualdade salarial, as mulheres se mantiveram durante duas décadas como trabalhadoras das minas, encontrando ali vias de sobrevivência para suas famílias. Mas esse cenário começou a mudar depois dos anos 1960 e elas deixaram esse espaço. Segundo Carola, essa transição foi impulsionada pela mecanização do processo de beneficiamento do carvão, que eliminou a função da escolha exercida pelas mulheres. A esse fator se somou a “pressão” da sociedade que sempre observou com estranhamento o trabalho das mulheres nas minas e um discurso conservador que via como imoral a presença de homens e mulheres trabalhando juntos semi-nus nas minas, a criação de um discurso de proteção à mulher (e às crianças) que se vinculava a uma política higienista, e que apontavam também que as mulheres deviam ser preservadas para assumir as funções domésticas e de cuidado contribuíram ao processo. Por fim, a

diversificação da indústria local, facilitou a incorporação das mulheres à indústria de cerâmica e calçadista que crescia na região.

#### **F.: As minas de Criciúma hoje**

Passados mais 50 anos, para quem vai a uma mina de carvão em Criciúma hoje, a impressão é que as mulheres nunca frequentaram esse espaço.

A COOPERMINAS hoje não dispõe de botas em tamanho menor do que 40 (equipamento de proteção necessário para baixar a mina). No espaço de produção não há banheiro, nem vestiário feminino. A linguagem dos trabalhadores é considerada impropria para mulheres. Em diversas situações, a aproximação da pesquisadora gerava constrangimento entre trabalhadores homens que conversando se viam “obrigados” a adequar à linguagem ou evitar uma piada “por respeito” à presença da mulher. São comuns apelidos como “Cú de Ouro”, “Pau Mole” e outros, que, para eles, não podem ser revelados entre as mulheres.

Os espaços de interação fora da mina também são dominados pelo gênero masculino. No bar da associação, ponto de encontro dos trabalhadores após o turno de trabalho, raramente encontra-se uma mulher. Nas festas e churrascos de confraternização, as poucas que vão ficam sempre de alguma forma isoladas. Elas dizem que não querem participar das conversas sobre a mina, que é assunto de homem. Chamou atenção perceber que todas as esposas de mineiros que tivemos contato, nunca entraram em uma mina. Elas desconhecem, e não querem conhecer, os espaços de trabalho dos seus companheiros. Conheci recentemente uma engenheira de Criciúma, filha de um engenheiro de minas, que disse que sempre quis conhecer uma mina, mas seu pai nunca deixou. Eu tive esse privilégio, também pela minha condição de “estrangeira”, que voltaremos a comentar adiante.

A presença da mulher na COOPERMINAS é restrita ao espaço e às funções administrativas. No escritório da empresa, que fica há alguns quilômetros da mina, existem cerca de 15 mulheres atuando nas funções de RH, comunicação, contabilidade, finanças e recepção, sempre subordinadas à chefia masculina. As funções de poder (conselho administrativo, conselho deliberativo e conselho fiscal) são todas ocupadas por homens, assim como os cargos técnicos (engenharias).

Uma única exceção foi curiosamente identificada na COOPERMINAS. Conhecemos uma técnica de segurança do trabalho, filha de um mineiro que participou do processo de recuperação da empresa. Por conta dessa relação familiar, a trabalhadora criou forte vínculo com a história da empresa e com a luta

dos trabalhadores. Quando criança A.<sup>7</sup> participou com a família do acampamento sobre a linha férrea, num episódio marcante do processo de luta de 1987. Esse envolvimento despertou nela o interesse pela profissão. Ela diz que sempre sonhou em trabalhar na mina.

Após concluir o curso técnico em segurança do trabalho, a trabalhadora buscou emprego na COOPERMINAS e em outras minas da região, contrariando a vontade da família. Quando conseguiu ser admitida na COOPERMINAS, o pai a expulsou de casa. Passados alguns anos, a batalha de gênero foi vencida no ambiente familiar, e hoje o pai a incentiva e apoia suas escolhas. Mas na mina ela ainda busca novas conquistas. Como técnica de segurança, ela atua somente na superfície (no processo de beneficiamento do minério), mas sonha em poder atuar no subsolo (processo de extração). Na última parte do texto retomamos sua experiência como elemento para debater o caráter masculinizado dos subsolos.

## **O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS: SERVIÇO COMPLEMENTAR?**

*“Sem o trabalho doméstico, o homem não suportaria trabalhar no 'subterrâneo das trevas' e a indústria carbonífera não teria se viabilizado economicamente.” (CAROLA, 2002, pg. 23)*

Não é novidade dizer que o trabalho doméstico e de cuidados historicamente, nas diversas formações sociais e em diferentes regiões geográficas, tem sido feito predominantemente, quase exclusivamente, pelas mulheres e, às vezes, pelas crianças. Esse fenômeno não é específico das situações onde a mulher não trabalha fora de casa. Nos estudos de Carola, o autor aponta que as mulheres que trabalhavam nas minas, casadas ou solteiras, acumulavam o trabalho remunerado com o trabalho doméstico.

Nas minas de Criciúma de 1940/50 as mulheres acordavam mais cedo do que os demais membros da família para preparar o café e as refeições de todos. Elas eram responsáveis pelos cuidados com as roupas, desde costurar até limpar as roupas que vinham imundas das minas. As casas daquele tempo não tinham água encanada e nem fogão, portanto cabia às mulheres buscar água e lenha para a higiene da família e para o aquecimento da casa e da comida. Elas também gerenciavam os escassos recursos financeiros, negociando com vizinhos e comerciantes para garantir a alimentação de todos<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Nos referenciaremos a trabalhadora pela letra A., a fim de preservar sua identidade.

<sup>8</sup> Interessante notar que o cotidiano das trabalhadoras das minas de Criciúma, no período de 1940/50, encontra

Quando não trabalhavam nas minas, as mulheres, além de cumprir com as tarefas domésticas, exerciam outras atividades importantes para a “complementação” de renda da família. Carola ressalta que de “complementar” essas atividades não tinham nada. Elas eram fundamentais para a sustentação do lar. As mulheres lavavam e costuravam roupa para fora. Elas plantavam, teciam, faziam pães e doces para vender. Elas ainda eram “médicas populares”, parteiras, benzedadeiras, curandeiras, que em período de pouco ou nenhum acesso à medicina legal, se encarregavam dos cuidados da população das vilas. Nada disso era considerado trabalho. Seja nas minas ou fora delas, o trabalho das mulheres era completamente invisibilizado.

Para Cristina Carrasco (2004, 2006), a economia capitalista não seria viável se os trabalhos necessários à sobrevivência dos seres humanos não fossem tidos como externalidades, designados ao âmbito doméstico e ali absorvidos como “tarefas” realizadas de forma “gratuita” por mulheres e crianças. Há evidente dependência do sistema produtivo (e econômico) em relação a esses trabalhos reprodutivos que, no entanto, é invisibilizada, contribuindo para a desvalorização social do trabalho feminino. Isso nos ajuda a compreender a desvalorização do papel das mulheres na garantia da sobrevivência das famílias mineiras.

Há de se notar que, mesmo as mulheres trabalhando fora de casa, como no caso das “escolhedeiras”, e gerando renda familiar, seu trabalho segue sendo visto como complementar, e as responsabilidades pelo cuidado da casa e das famílias não são redistribuídas com os maridos. A inserção econômica das mulheres não altera sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho reprodutivo, e sim um acúmulo de jornadas.

Apesar da condição de vida das famílias mineiras ter se modificado bastante ao longo dos últimos 50 anos, não é difícil observar que as tarefas domésticas e o trabalho de cuidado (que seguem existindo, ainda que diferentes de antes) ainda são de responsabilidade quase exclusiva das mulheres, que hoje trabalham muitas vezes no comércio, em atividade de serviço ou em outras indústrias da região. Ao longo da pesquisa, questionamos os trabalhadores sobre as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano de trabalho, e em nenhum momento foi mencionado qualquer fator relacionado com as possibilidades ou impossibilidade de conciliação

---

incríveis semelhanças com a descrição de Emile Zola (2000), a respeito da vida das mulheres nas comunidades mineiras da França no final do século XIX.

entre o trabalho na empresa e o trabalho doméstico. A metodologia de pesquisa adotada nesse caso, tampouco se preocupou em buscar essas conexões.

Essa constatação contrasta fortemente com experiências de pesquisas anteriores (no campo da autogestão e da economia popular e solidária), onde tivemos a oportunidade de estudar relações de trabalho e produção em coletivos de mulheres. Nesses contextos, o trabalho doméstico sempre apareceu como um elemento de análise que impacta na atividade produtiva e, inevitavelmente, implicou na necessidade de repensar as metodologias de pesquisa e intervenção para dar conta dessa especificidade do trabalho feminino.

## **UMA ESTRANHA NO NINHO: JOGOS DE CONSTRANGIMENTOS**

Nesta seção construímos um diálogo analítico a partir de diferentes cenas descritas por F. com base em sua vivência na COOPERMINAS. B. responde aos relatos de F. com reflexões provocadas pelas cenas, alimentando o debate sobre as desigualdades de gênero nesse contexto e às atitudes opositivas lançadas pelas mulheres que se configuram como estratégias de resistência na busca por transformações sociais. Assim, como em um jogo de tênis, a “bola” vai e vem moldando os contornos da análise proposta sobre a vivência do ser mulher nas minas de Criciúma.

### **Cena 1: O que essa mulher está fazendo aqui?**

F.: Quando decidi fazer o trabalho de campo na COOPERMINAS a questão de ir para o espaço masculino não me afligia ou trazia preocupações adicionais. Fez parte da minha história de vida frequentar esse tipo de espaço. Fui criada entre irmãos homens, sempre gostei de jogar futebol, estudei numa escola técnica onde 90% da turma era masculina, meu primeiro estágio e emprego foram numa fábrica de óleo lubrificante, mais uma vez, rodeada de homens, fiz faculdade de engenharia no curso noturno etc. Já me sentia acostumada com esse enfrentamento e foi a partir dele que construí minha identidade e militância de gênero. Esperava um estranhamento, porém não esperava me surpreender com ele. Mas a opressão, velha conhecida de todas as mulheres, sempre surpreende.

Logo que chego na COOPERMINAS, o primeiro contato com os trabalhadores provoca grande espanto. Como dissemos, esse espaço não costuma ser frequentado por mulheres. Não é um meio masculinizado como os que eu estava acostumada. Criciúma é uma cidade pequena, de população bastante conservadora

e a classe trabalhadora mineira também guarda suas particularidades. Falamos da violência do processo de trabalho na extração de carvão e acreditamos que essa violência demanda dos mineiros a afirmação, a todo momento, de uma masculinidade exacerbada, uma exaltação da coragem, da força, da virilidade ancoradas na figura do homem.

É como se eu pudesse ver os balões na cabeça de cada um, se perguntando: o que essa mulher faz aqui? Quando passo entre os operadores um silêncio súbito toma conta do ambiente e os olhares se viram para mim. Não me parece um olhar de assédio, mas um olhar de espanto. Depois do gelo inicial, o tratamento é respeitoso, por vezes até carinhoso, porém dificilmente é “natural”. É como se eu e eles estivéssemos sempre “pisando em ovos”.

A estranheza se agrava quando eles descobrem que eu sou casada, tenho um filho e uma casa pra cuidar. Alguns perguntam o que eu faço com o meu filho quando viajo. Ao meu colega de pesquisa (que também é casado e tem uma filha), não ouvi essa pergunta ser direcionada. Aliás, estar sempre acompanhada desse colega é outra fonte de estranhamento. Ele é homem, jovem, bonito, simpático e um grande amigo, com quem trabalho junto há mais de dez anos. Temos uma relação muito próxima, íntima, onde os abraços e contatos corporais são frequentes e naturais (para nós). Tudo isso parece aos mineiros muito estranho. No silêncio, ouço a pergunta: onde está o seu marido a essa hora? Ele sabe que você está aqui?

\* \* \*

B.: Logo depois que fizemos nossa primeira entrevista eu sai dali com uma sensação de que escreveríamos um artigo sobre como no contexto da mineração há uma evidente masculinização da profissão, a partir de um modelo hegemônico de masculinidade, e de que, no entanto, não havia hostilidade evidente que intimidasse ou constrangesse de alguma forma a inserção de mulheres nesse contexto. Apesar dos desafios intrínsecos a nossa inserção em espaços masculinizados, poderia me ver perfeitamente vivenciando os mesmos passos dados por F. Essa impressão inicial iria sofrer sérias mudanças com o amadurecimento da reflexão e escrita conjunta, e o diálogo (por escrito) abaixo evidencia um pouco dessa transição:

B. Enquanto escutava os áudios fui percebendo que depois da entrevista eu sai com uma sensação de que aquela havia sido uma experiência relativamente tranquila, mas escutando tudo outra vez, e talvez concentrando certas questões de gênero, me deu uma sensação de que

viver aquilo não é pouca coisa, que é pesado, fiquei me imaginando no mesmo contexto e acho que para mim teria sido um baita de um desafio encarar ocupar esse lugar de “estranha no ninho”, ser essa ruptura, sabe?  
F. Seria legal saber mais sobre o que te deu essa sensação. Eu, como disse, acho mesmo que eu vivi essa experiência com certa leveza. Acho que eu tenho as minhas defesas, construídas nessa história de vida prévia muito marcada pela presença em espaços masculinizados. As defesas são perigosas. Por um lado elas permitem seguir em frente e enfrentar as situações, por outro elas podem ser uma forma de minimizar a percepção que eu tenho das opressões de gênero. (Troca de impressões escritas sobre a sistematização da entrevista)

A impressão inicial que tive está definitivamente marcada pela leveza com que F. foi capaz de vivenciar tal experiência. Sua história de vida, como ela coloca, está marcada por um longo processo de “aprendizado” na ocupação de espaços masculinizados. Nesse sentido, a “tranquilidade” sentida na vivência de F. tem muito menos a ver com a não hostilidade daquele território e está muito mais relacionada a uma experiência pessoal que ao longo de sua vida foi lhe ajudando a criar mecanismos de defesa, como ela mesma denota, e certo “traquejo”, eu adicionaria, para dar conta de fazer sua presença ser respeitada nesses espaços.

Esses mecanismos não vêm sem custo, no entanto. Como ela mesma destaca, muitas vezes eles tem a capacidade de minimizar nossas percepções ou naturalizar os padrões de relacionamentos sutilmente tensionados. Esses mecanismos de defesa são parte do cotidiano da vida das pessoas. Em contextos invariavelmente permeados por relações de poder, lançamos mão dessa ferramenta para nos adequar às normas do convívio social.

Quando pensamos especificamente nos papéis de gênero, grande parte dos tensionamentos são gerados quando se performam ações, trabalhos ou papéis fora das expectativas padronizadas para cada um. Nesse sentido, a singular presença de F. naquele espaço era por si só o rompimento de muitos padrões, e isso não era (necessariamente) explicitado – ainda que surgisse de forma indireta como veremos mais adiante – mas, como descrito por ela, surge em forma de palavras não ditas, olhares constrangidos, pensamentos não verbalizados, estranhamentos no ambiente. Apesar de não haver regras proibitivas daquela presença – ainda que a falta de banheiro possa ser entendida como tal – há evidências de uma inadequação daquela presença: ela é notadamente uma estranha no ninho.

## **Cena 2: Bela, recatada e do lar?<sup>9</sup>**

---

<sup>9</sup> O subtítulo faz referência à reportagem da Revista Veja, de 18 de abril de 2016, a respeito de Marcela Temer. Os adjetivos “bela, recatada e do lar”, utilizados pela revista para descrever as melhores qualidades da esposa de Michel Temer, virilizaram nas redes sociais e nas manifestações de rua, onde milhares de feministas

F.: Não bastasse frequentar a mina, eu passo a frequentar o bar. Aquele bar referido anteriormente, por onde as mulheres não passam, ou, quando passam, se reservam às margens. Eu vou, me posiciono nas rodas de conversa masculinas, bebo e fumo. Nesse espaço, os olhares de espanto, por vezes, se tornam olhares de assédio, ou mesmo de recriminação. Para alguns, eu não deveria estar ali. Me sinto na obrigação de ser muito cuidadosa. Armo minhas defesas. Avalio que qualquer “descuido” – um gole a mais, qualquer sinal de embriaguez, uma roupa menos recatada, uma troca de olhares mal interpretada –, pode gerar murmúrios capazes de interferir gravemente na pesquisa-ação em andamento na empresa. (diferente do meu parceiro de pesquisa, que se sentia a vontade pra beber, falar e fazer o que quisesse)

Achava que as esposas dos mineiros não gostariam de saber que eu estive ali, e que se soubessem era bom saberem que eu “me comportei bem”. Apesar de provocar alguns enfrentamentos, inevitáveis, não gostaria, de maneira nenhuma, que esses enfrentamentos “manchassem” minha imagem pessoal e profissional. Não era possível, para mim, separar uma coisa da outra. Temia que a imagem de uma mulher “indecente”, “mundana”, “fora dos padrões de comportamento local”, atrapalhassem minha intervenção profissional. Minha prioridade naquele momento estava centrada na pesquisa, que não tinha um viés de militância de gênero.

\* \* \*

B.: Quando F. me descreveu pela primeira vez as experiências de sua presença no bar com os cooperados me chamou atenção a clareza que ela tinha de que não poderia “dar mole”.

F.: Eu sentia que a todo momento o meu comportamento estava sendo vigiado (...) eu sentia que eu não poderia dar uma escorregada, do tipo dar uma olhada para um cara de alguma forma que pudesse ser interpretada como um interesse. Eu sentia que eu não podia dar esse mole, porque era algo que poderia colocar a pesquisa a perder. Por exemplo, eu ia para o bar, bebia com relativa tranquilidade (...) mas eu não me permitia tomar um copinho a mais, no momento em que eu sentia que *se eu tomar mais uma pode ser que eu fique bêbada* eu parava. Diferente do meu colega que uma vez foi para casa muito bêbado, e isso foi tranquilo, se tornou motivo de piada entre os trabalhadores. (Transcrição da entrevista com F., agosto de 2015)

Ao que me parece a expressão “dar mole” aqui carrega inúmeros sentidos que se entrelaçam todos com a experiência do gênero que F. incorpora. Em seu sentido

---

questionaram esse lugar reservado para as mulheres pela grande mídia e pela elite política do país.



mais literal, ela não podia dar bola, paquerar ou se insinuar para nenhum dos trabalhadores ali. Poderíamos até entender essa “restrição” como própria das constituições de relações profissionais de trabalho, no entanto, ela parece ter muito mais caráter de controle do comportamento feminino. Em uma hipotética situação contrária, onde ela e seu colega de trabalho estivessem imersos em um ambiente de trabalho majoritariamente feminino, o mais provável é que ele não sentisse o peso desses olhares vigilantes, e que não organizasse sua permanência ali na preocupação de “não dar mole” e colocar a pesquisa a perder.

F. não menciona isso, mas a descrição que faz do contexto me faz pensar também que talvez os trabalhadores ali não tivessem os mesmos cuidados que ela, e não se preocupassem de igual maneira com não “dar mole” e desestabilizar as relações profissionais. Nesse sentido, será que “não dar mole” não era também uma maneira de evitar os assédios? Um mecanismo de defesa? Que ajudaria a evitar constrangimentos gerados por uma eventual demonstração de interesse de algum trabalhador? Dar mole poderia abrir um precedente, dando liberdade talvez de aproximações indesejadas.

Dar mole pode também ser entendido na experiência por ela descrita como não poder vacilar, ou abrir brechas para críticas ao seu comportamento pessoal, ou social, que poderiam ser usadas para deslegitimar suas ações profissionais. Evidencia-se assim a frágil estabilidade de sua permanência naquele local, no qual todas as suas condutas de comportamento – com os homens, com a bebida, com o sexo – são levadas em consideração como medida para suas capacidades técnicas.

Em outras palavras, sua condição particular de mulher naquele contexto masculinizado a colocava em um lugar constantemente vigiado, como ela menciona. Ainda que ela carregasse em si o rompimento de muitos padrões para a cultura local, tinha que fazer esforços adicionais para não permitir aberturas indevidas por onde a conquista de sua legitimidade pudesse ser questionada. Sua condição de gênero coloca a legitimidade de seu trabalho como engenheira sempre à prova de testes, que longe de estarem vinculados às suas habilidades técnicas, se relacionam muito mais aos padrões de seu comportamento social como um todo, reproduzindo um padrão recorrente na experiência profissional de mulheres engenheiras (Maria Rosa LOMBARDI, 2005).

### **Cena 3: Sabe a máquina de lavar?**

F.: Em uma entrevista com três trabalhadores (homens) do conselho fiscal,

levantamos uma questão relacionada com um problema de manutenção das máquinas da mina. Um deles, tentando explicar o problema de forma didática, olha pra mim e diz algo do tipo:

Imagine você, que lava as roupas da sua família. Seu marido compra uma máquina de lavar, que vem com um manual de instruções, que diz que a máquina pode lavar até 10 kg de roupa por vez. Você vai lá e coloca sapato, cobertor, calça e tudo o mais, ultrapassando o limite da máquina. A máquina quebra e você vai pedir pro seu marido comprar outra. Tá certo? (Fala transcrita a partir de minhas memórias)

Foi uma situação muito constrangedora. Primeiro por que essa entrevista aconteceu na nossa primeira visita à empresa. Os trabalhadores não nos conheciam e reciprocamente. A fala do entrevistado foi claramente direcionada a mim, como se eu não fosse capaz de compreender o problema que ele tentava esclarecer sem a analogia com a máquina de lavar. Ainda que não tenha sido uma provocação planejada, o recado foi dado e não houve direito de resposta.

\* \* \*

B.: Há inúmeras suposições detrás da explicação da máquina: aquele de que F. precisa de uma explicação “mais próxima a sua realidade” para entender os problemas operativos, aquela de que F. é quem lava as roupas em sua casa, aquela de que F. é limitada cognitivamente, assim como as outras mulheres que usam de maneira inadequada a máquina de lavar, aquela de que são os homens que constroem as máquinas, e também aquela de que são os homens que tem dinheiro para comprar máquinas.

Como F. menciona não houve ali explícita intencionalidade em gerar constrangimento, nem mesmo em afirmar os itens que menciono acima. O mais provável é que seja o contrário. Aquele homem estava tentando “facilitar” a inserção da pesquisadora na conversa. No entanto, a atitude não deixou de ser constrangedora. As noções incorporadas pelas pessoas com relação a papéis e expectativas de gênero levam muitas vezes a atitudes como esta, que tendem a “naturalizar” esses papéis. Se utilizando da delicadeza do momento, performances de gênero como estas, servem para ratificar papéis que estão hierarquizados.

Não se trata, no entanto, de pensar que haja inocência na reprodução de atitudes que ratifiquem as desigualdades. Há algo como um instinto de sobrevivência e de manutenção de privilégios, um dos poucos privilégios de que goza um operário estigmatizado pelas suas condições de vida e de trabalho. A

complexidade da situação é perceber que não há maldade, há apenas a reprodução das lógicas culturais que permeiam o contexto e que naquela ocasião operam como uma mensagem para F. sobre os lugares que ela pode ou não pode ocupar.

#### **Cena 4: Posso ser operadora de mini-trator, não?**

F.: Com o passar do tempo no campo de pesquisa e intervenção, me sentia mais a vontade para sutilmente fazer minhas provocações de gênero. Uma delas se tornou uma brincadeira frequente entre o grupo de trabalho que formamos para acompanhar o processo de pesquisa. Conquistamos a confiança e a simpatia dos trabalhadores que compunham esse grupo.

Ganhou centralidade na pesquisa o estudo da operação de uma máquina chamada mini-trator (MT). A MT é uma máquina relativamente pequena, porém muito bruta, que opera no meio do carvão, cercada de poeira, sempre suja, barulhenta e provocadora de inúmeros acidentes e doenças de trabalho, frequentemente graves ou fatais. Segundo relato dos trabalhadores, nunca houve uma mulher operadora de MT, e isso seria impensável, impróprio e impossível.

Eu brincava com eles que eu seria a primeira operadora de MT de Criciúma. Entrava na máquina, encenava essa posição com falas do tipo: “imaginem que eu estou lá, operando a MT...”. O grupo entrava na brincadeira. Será que eles começaram a imaginar que isso seria possível? Não sei. Mas pouco a pouco a brincadeira foi ficando familiar e era incentivada pelos próprios trabalhadores.

\* \* \*

B.: Tendo consciência daqueles que eram moldes relacionais reprodutores de hierarquizações de gênero e tomando os devidos cuidados para ocupar com cautela esse lugar que “não lhe era adequado” F. trilha um cuidadoso processo para aos poucos conquistar a confiança e o respeito dos trabalhadores.

Esse processo não é exclusivamente vivenciado por F.. Ele faz parte das mediações necessárias em qualquer processo de pesquisa, ou de pesquisa-ação nesse caso, ainda que seja experimentado de forma diferenciada pelos gêneros. Georges Devereux (1980, *apud* Marta CIOCCARI 2009) argumenta que “perturbações mútuas” são causadas pela presença do pesquisador no campo, e que isso não deve ser entendido como algo indesejado, mas como parte importante e rica da interação recíproca e da construção do conhecimento.

Nesse sentido, as leituras que F. traz aqui sobre sua vivência são limitadas àquilo que lhe foi permitido observar devido a sua condição de gênero. Mas essas possibilidades de observação foram sendo pouco a pouco ampliadas pelas provocações que a pesquisadora articulava como estratégias para deslocar os lugares inicialmente reservados a sua presença. Chela Sandoval (1991) chamaria atitudes como esta de “consciência opositiva”, ou seja, são ações performadas que de alguma maneira deslocam os entendimentos hegemônicos sobre os papéis e assim tensionam de algum modo as estruturas de dominação. Ao mesmo tempo em que F. aciona mecanismos de defesa para atenuar o sofrimento e sobreviver ao contexto opressivo, sua presença e postura críticas nesse espaço semeiam brotos de transformações possíveis.

Tania Perez-Bustos (2010) diz que a partir dessas atitudes as pessoas constroem discursos e práticas que através da própria condição marginal permitem desconstruir e transformar os paradigmas usualmente vitimizantes que lhes é imposto. É como se a consciência da condição marginal mobilizasse as pessoas para articular estratégias de rupturas desse padrão. Não há necessidade de uma explícita política feminista para que ações desestabilizadoras com relação ao gênero possam ser articuladas.

Em diferentes momentos F. citou algum incômodo – ou talvez frustração? - em não poder responder às provocações que lhe foram feitas com relação ao papel de mulher que deveria ocupar. Isso fazia parte do jogo, afinal a militância feminista tinha que ser conciliada com outros objetivos de pesquisa. Apesar disso, com o passar do tempo, F. foi encontrando meios ou estratégias provocativas para incidir sobre as percepções arraigadas e hierarquizadas sobre os gêneros naquele contexto. Trata-se de entender os papéis de gênero não como scripts estanques e vitimizadores, mas como um jogo, onde as estruturas pré-definidas são constantemente perturbadas por performances de oposição.

### **Cena 5: E ela entende de máquina?**

F.: Já se aproximando do final da intervenção, depois de muito esforço para entender o processo de trabalho como um todo e a operação da MT em particular, chegou a hora de conversar mais de perto com os operadores da máquina para tratar dos problemas enfrentados nesse posto e de possíveis caminhos para a solução. A essa altura nós (eu e meu companheiro de pesquisa), em alguma medida, tínhamos conseguido nos apropriar da linguagem dos mineiros,

conhecemos os componentes da máquina, suas principais funções, etc.

Organizamos um primeiro “Encontro sobre o Trabalho”, com cinco operadores de MT, onde apresentamos nossa proposta de pesquisa, os passos dados até ali e nossas hipóteses iniciais que compunham um pré-diagnóstico da situação estudada. O encontro foi rico e repleto de elementos de análise que podem ser explorados em outros textos. Para o debate que propomos nesse artigo, chamou atenção o comentário que ecoou no dia seguinte entre os trabalhadores: “Não é que aquela menina entende de máquina?”

É claro que tudo o que eu entendia daquela máquina e daquele processo eu tinha acabado de aprender com eles. É claro que surpreendia que alguém vindo do Rio de Janeiro, que até poucos meses nunca tinha baixado uma mina, compreendesse o processo e tivesse condições de dialogar com certa fluência com os operadores a partir de uma linguagem muito particular. Mas a mesma surpresa não foi verbalizada a respeito de meu colega de pesquisa, que esteve ao meu lado o tempo todo vivenciando, aprendendo e trocando com os mineiros.

\* \* \*

B.: Até esse momento do artigo exploramos pouco uma face importante da complexa teia de relações entre F. e os trabalhadores das minas. F. é uma mulher branca, de classe média, engenheira, doutoranda, moradora do Rio de Janeiro, militante feminista há alguns anos. Portanto, sua relação com aqueles trabalhadores perpassava condições de gênero, mas também de classe e raça que situavam os personagens dessa trama em diferentes lugares. Devereux (1980, *apud* CIOCCARI 2009) argumenta que ainda que o sexo da pesquisadora possa interferir sobre aquilo que lhe é permitido ver, existe uma possibilidade de ruptura dessas barreiras pelo fato da pesquisadora ser uma estrangeira ao local, portadora também de privilégios sociais.

Essa condição de estrangeira permitiu que F. acessasse certos lugares (discursos, saberes etc.) que provavelmente uma mulher negra, de classe operária, sem diploma, não conseguiria acessar. Ainda que a legitimidade de suas capacidades seja mais duvidável do que a de um homem nas mesmas condições, um caminho para o seu reconhecimento foi aberto. A partir de hierarquias híbridas, amplia-se o espaço para o questionamento dos lugares comuns. O reconhecimento de que uma mulher engenheira pode entender de máquina pode ser a oportunidade

de reconhecer que outras mulheres não-engenheiras (como eles, operários) podem entender de máquina.

### **Cena 6: Por que a A. não pode baixar a mina?**

F.: Comentamos anteriormente a história de A., a única mulher que ocupava uma função técnica na COOPERMINAS, enfrentando batalhas cotidianas em busca do sonho de trabalhar no subsolo. Depois que conheci a A., sua história e sua luta me marcaram e martelavam na minha cabeça a cada passo que dava na pesquisa-ação. Procurava o momento oportuno para questionar os trabalhadores sobre o porquê de não deixá-la baixar a mina. Não era uma pergunta trivial. O assunto era um tabu.

Até que certo dia, depois do expediente de trabalho, na carona com um diretor da empresa que fazia parte do grupo que acompanhou o processo de pesquisa, perguntei, como quem faz uma pergunta qualquer. E por que a A. não pode trabalhar no subsolo?

A resposta para ele foi tão simples como a pergunta para mim. Ele dizia que como diretor da empresa não podia se responsabilizar por uma mulher no subsolo. O subsolo é um labirinto, escuro, cheio de becos. A função do técnico de segurança é a única que exige que o trabalhador circule sozinho pela mina (as demais funções são exercidas em duplas, ou em grupos, dificilmente os trabalhadores estão sozinhos). Entre os mineiros (cerca de 300 por ali) existem homens de todos os tipos, drogados, alcoólatras, ex-detentos e, certamente, estupradores e agressores de mulheres.

\* \* \*

B.: A resposta do diretor explicita aquilo que estava sempre presente, mas nunca mencionado: a violência, ou o risco da violência sexista em um contexto evidentemente marcado pela construção de uma masculinidade que se afirma através de demonstração de força e virilidade, como fruto mesmo das estruturas violentas que fazem parte de seu cotidiano de trabalho. A manutenção de lugares exclusivamente masculinos passa, via de regra, pela presença do risco de violência física às mulheres. Ainda que isso não seja geralmente mencionado.

O tabu que se constrói ao redor da presença das mulheres no subsolo é apenas uma das faces daquilo que são os traços da violência de gênero em contextos como esse. Carola (2002) destaca os problemas de violência doméstica recorrentes nas

famílias mineiras das décadas de 1940/1950. Ele descreve que “*para muitas mulheres casadas, se os maridos chegassem em casa, e o almoço não estivesse pronto, corria-se o risco de mais um dia de violência familiar, no qual as esposas eram obrigadas a se defender dos espancamentos dos maridos*” (CAROLA, 2002, p.130). O autor argumenta que as condições de trabalho nas minas, brutalmente desgastante física e psicologicamente, incrementavam as possibilidades de violência familiar, e as mulheres “tomavam o cuidado” de não “sobrecarregar” os maridos, a fim de não colocar a própria integridade física, e de seus filhos, em risco.

Diferentes estudos e descrições históricas sobre o trabalho nas minas de carvão carregam as marcas dessa constante presença da violência. Engels, ao descrever as minas da Inglaterra no século XIX, menciona a existência de abusos, assédios e estupros, ainda que use termos mais brandos para descrever as situações:

Quanto às relações sexuais, nota-se que nas minas, devido ao calor do ambiente, homens, mulheres e crianças trabalhavam as vezes completamente nus e na maior parte dos casos quase nus, e todos podem imaginar quais são as consequências disso na solidão e na obscuridade da mina. O número de filhos ilegítimos anormalmente elevados nestas regiões, testemunha o que se passa no fundo da mina entre essa população meio selvagem, mas também prova que as relações ilegítimas entre os sexos não soçobraram, como nas cidades, na prostituição. (ENGELS, *apud* CAROLA, 2002, p.82)

Zola também narra a prática do sexo e fala das “tentações” sexuais que as mulheres provocavam nos homens em virtude de trabalharem com vestimentas que mostravam as partes “proibidas” do corpo feminino. O autor diz que “*havia um sopro de bestialidade por toda a mina, um desejo súbito de macho, quando um mineiro encontrava uma dessas moças de quatro, o traseiro ao ar, as ancas arrebatando as calças de homem*” (ZOLA, 2000, p.49).

Em que pesem as diferenças e distâncias que caracterizam os contextos descritos e a mineração hoje em Criciúma, há de se reconhecer que os traços dessa “bestialidade” permanecem gravados nas escavações subterrâneas. Nas palavras do diretor da COOPERMINAS o fantasma está vivo. Passados quase 150 anos, o risco do assédio e da violência sexual ainda é muito presente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo buscamos, a partir de um relato de vivência, apontar para a permanência de desigualdades de gênero no contexto da mineração de carvão em Santa Catarina, mas também, e principalmente, dar visibilidade para as estratégias operadas pelas mulheres no sentido de reverter esse quadro por meio de atitudes provocadoras e opositivas com potencial transformador.

Vimos que as minas de carvão são territórios extremamente masculinizados, onde a presença da mulher é quase proibida. Nesses espaços, como na sociedade em geral, o trabalho feminino é entendido como complementar e menos importante, seja no âmbito da produção ou da reprodução da vida.

Frequentar os espaços masculinizados pode ser encarado com mais ou menos leveza dependendo da história de vida e das experiências anteriores de cada mulher. O que não significa que as diversas formas de opressão se manifestem mais para umas do que para outras, mas sim que a forma como elas vão reagir à opressão podem ser variadas, combinando em diferentes medidas defesas e ataques que podem contribuir para manter ou para transformar as relações sociais de poder e de dominação.

A condição de gênero da mulher engenheira e pesquisadora influencia na leitura que os atores (homens ou mulheres) terão sobre suas competências técnicas e profissionais. No entanto, quando a mulher consegue, a partir de uma consciência opositiva, mas também privilegiada por outras ordens hierárquicas, questionar os lugares comumente reservados ao gênero feminino, o reconhecimento de suas competências pode ser a oportunidade de reconhecer que outras mulheres podem desenvolver competências variadas e ocupar espaços até então dominados pelos homens. Trata-se de entender os papéis de gênero não como scripts estanques e vitimizadores, mas como um jogo, onde as estruturas pré-definidas são constantemente perturbadas por performances de oposição com potencial transformador.

Por fim, neste artigo pudemos constatar mais uma vez a incrível presença da violência banalizada nas relações entre homens e mulheres. A transposição dessa barreira é absolutamente necessária e urgente! O engajamento de diversos atores sociais será determinante nessa luta. Esperamos poder contar com os(as) engenheiros e engenheiras populares!

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANZALDUA, Gloria. Movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan. In: Otras Inapropiables: feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

ARAUJO, Fernanda; NEPOMUCENO, Vicente; ALVAEZ, Denise; e FIGUEIREDO, Marcelo. Análise Ergonômica do Trabalho na COOPERMINAS: um estudo do trabalho na autogestão. Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social. Salvador, 2015.

CAROLA, Carlos. Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937 - 1964). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu,



- NOBRE, Miriam (Org.). A produção do Viver. São Paulo, Sempreviva organização feminista, 2003, p.11-50.
- CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In:VARA, Maria Jesus (Org.) Estúdios sobre gênero y economía, Madrid: Akal, 2006.
- CABRAL, Carla (2006): O Conhecimento Dialogicamente Situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CIOCCARI, Marta. Reflexões de uma antropóloga “andarina” sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 217 – 246, jul./dez. 2009
- DE CARVALHO, Marília Gomes. Gênero e Tecnologia: estudantes de engenharia e o mercado de trabalho. 2007. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/seminarioInternacional/arquivos/CARVALHO.doc>. Acessado em 01 de junho de 2016.
- HARDING, Sandra. Whose Science? Whose Knowledge? New York, NY: Cornell University Press, Ithaca, 1991.
- HARAWAY, Donna. Ciencia, Cyborgs y Mujeres. La reinención de la Naturaleza, Valencia, España: Ediciones Cátedra, 1995.
- HENRIQUES, F. C.; SIGOLO, V.; RUFINO, S.; ARAUJO, F.; NEPOMUCENO, V.; GIROTTO, M.; PAULUCCI, M.A.; RODRIGUES, T.N.; ROCHA, M.C.; SARDÁ de FARIAS, M. Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.
- LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, p. 173-202, jan./abr. 2006.
- ORWELL, George. O caminho para Wigan Pier. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje- nº 28/1987.
- PEREZ-BUSTOS, Tania. Los margenes de la popularización de la ciencia y la tecnologia. Conexiones feministas em el sur global. Tesis de doctorado em Educación. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, 2010.
- SANDOVAL, Chela. Nuevas Ciencias. Feminismo cyborg y metodologia de los oprimidos. In: Otras Inapropiables: feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- VOLPATO, Terezinha. A piritá humana: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.
- ZOLA, Emile. Germinal. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.